



ATA N.º 57

27-12-2019

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a quinquagésima sétima reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Fragoso Ramos. -----

Participaram também nos trabalhos a Chefe da Unidade de Administração e Finanças, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

Não se registaram intervenções. -----

BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 26 DE DEZEMBRO DE 2019: € 240 957,06. -----

ORDEM DO DIA: -----

1. RECEITA VIRTUAL. NECESSIDADE DE DELIBERAÇÃO POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL. -----

Face à entrada em Janeiro de 2020, do novo referencial contabilístico (SNC-AP), Dec-Lei n.º 192/2015, de 11 de Setembro, existe necessidade de se dar um novo tratamento aos saldos existentes em 31 de dezembro da receita virtual. -----

O SNC-AP integra a estrutura concetual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública, e plano de contas multidimensional. -----

No novo classificador nas contas 0, não existe conta para a receita virtual, situação que existia no POCAL. Assim, daqui decorre, que com a entrada em vigor em 01 de Janeiro de 2020 do Dec-Lei nº192/2015, de 11 de Setembro, o ponto 2.6.2 do POCAL fica revogado: -----

“As receitas de todas as autarquias locais, seja as que remetem os documentos de prestação de contas ao Tribunal de Contas seja as que estão dispensadas de o fazer, podem ser cobradas virtual ou eventualmente. As receitas são cobradas virtualmente se os respetivos documentos de cobrança forem debitados ao tesoureiro por deliberação do órgão executivo.” -----

Enquadramento Legal: -----

Face ao atrás exposto, somos a concluir: -----

Por força das competências que são cometidas ao presidente do órgão executivo do município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve o presente pedido e respetiva informação serem remetido à reunião ordinária da câmara municipal que terá lugar no próximo 27 de Dezembro de 2019, para que nela possa ser deliberado submeter a aprovação o seguinte: -----

Propõe-se que a Câmara delibere, com base nos mapas anexos à presente informação, a anulação da receita virtual, ou a sua conversão em receita eventual. -----

Salvo melhor opinião, dada a antiguidade da dívida, a respeitante a faturação de água deveria ser anulada, a restante dívida convertida em receita eventual, efetuando

esforços para a sua recuperação. -----
A Câmara, por unanimidade, deliberou determinar a anulação da dívida antiga da água, reportada ao ano de 2006 e converter em receita eventual a restante dívida, determinando a realização de todos os esforços para a sua recuperação. -----

2. FRANCISCA ANTÓNIA GALINHA JANEIRO. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO.

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Vice-Presidente que, a pedido da Sr.ª Francisca Antónia Galinha Janeiro, autorizou a emissão de uma licença especial de ruído para a realização de um jantar de Natal com música ao vivo, no Restaurante “Lula” no dia 14 de dezembro no horário compreendido entre as 20,00 horas e as 2,00 horas do dia seguinte. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara. -----

3. ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO DE VILA RUIVA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Solicita a Associação de Cultura, Recreio e Desporto de Vila Ruiva a emissão de licença especial de ruído para a realização de uma festa de Passagem de Ano no Centro Cultural de Vila Ruiva até às 6 horas do dia 1 de janeiro de 2020. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

a) Emitir, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo n.º 15 do D.L. 09/2007 de 17 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pelo n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de agosto, a licença especial de ruído até às 6,00 horas; -----

b) Isentar em 50% o valor das taxas devidas ao abrigo do n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba. -----

4. MARIA DE FÁTIMA GUERREIRO JÓIA. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA, EM PRESTAÇÕES. LOCAL: ROSSIO DE SÃO VICENTE, N.º 1, EM CUBA. -----

Solicita a Sr.ª Maria de Fátima Guerreiro Jóia, na qualidade de titular do contrato de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, no valor de € 335,53, em prestações mensais, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 176/2019, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

5. MARIA AURÉLIA COSTA CARDEIRA. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA, EM PRESTAÇÕES. LOCAL: RUA MIGUEL BOMBARDA, N.º 49, EM CUBA. -----

Solicita a Sr.ª Maria Aurélia Costa Cardeira, na qualidade de titular do contrato de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, no valor de € 168,24, em prestações mensais, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 177/2019, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

6. ANA MARIA VARGAS ISAÍAS VASCO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA, EM PRESTAÇÕES. LOCAL: RUA LUÍS DE CAMÕES, N.º 37-A, EM CUBA. -----

Solicita a Sr.ª Ana Maria Vargas Isaías Vasco, na qualidade de titular do contrato de água

da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, no valor de € 213,48, em prestações mensais, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 177-A/2019, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

7. INÊS ISABEL PALMA BALTAZAR. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA, EM PRESTAÇÕES. LOCAL: RUA DO CARMO, N.º 16, EM CUBA. -----

Solicita a Sr.ª Inês Isabel palma Baltazar, na qualidade de titular do contrato de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, no valor de € 64,38, em prestações mensais, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 178/2019, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

8. JOSÉ ANTÓNIO MOURATA SERRANO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA, EM PRESTAÇÕES. LOCAL: RUA DR. COVAS LIMA, N.º 2, EM CUBA. -----

Solicita o Sr. José António Mourata Serrano, na qualidade de titular do contrato de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, no valor de

€ 62,46, em prestações mensais, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 179/2019, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

9. ANTÓNIO MARIA RAMOS. PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO MULTIUSOS. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE MATERIAL. -----

Solicita o Sr. António Maria Ramos, a cedência do Pavilhão Multiusos, e licença especial de ruído nos dias 23, 24 e 25 de dezembro de 2019, no horário compreendido entre as 20h00 e as 04h00, para a realização de uma festa de Natal de tradição cigana, bem como a cedência de cadeiras e mesas. -----

A Câmara, se for esse o entendimento, à semelhança de igual procedimento em pedido idêntico no ano transato, poderá: -----

- Ceder o Pavilhão de Exposições para o fim pretendido; -----
- Emitir a licença Especial de ruído até às 2,00 horas de acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 19/01, com as alterações do Dec-Lei 278/2007 de 01/08;-----

Informar que o deferimento da presente pretensão não exonera o requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município; que está sujeito ao pagamento de uma caução no valor de € 400,00 e que deve o espaço cedido ser limpo após a utilização e ser devolvido juntamente com o equipamento nas mesmas condições em que foram entregues. -----

Determinar que fica proibida a realização de quaisquer acampamentos ocasionais em redor do pavilhão ou nas suas proximidades bem como não é permitida a realização de fogueiras ou quaisquer outros fogos. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que deferiu o pedido de acordo com a Informação 181/2019, da Subunidade Administrativa. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

10. MARIA JOÃO CASCALHEIRA CALADO. PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES. -----

Solicita a Sr.ª Maria João Cascalheira Calado, na qualidade de funcionária da autarquia a cedência do Pavilhão de Exposições, para realização de uma festa no dia 31 de dezembro de 2019, bem como cadeiras e mesas . -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão da requerente aplicando a redução de 50% do valor das taxas previstas de acordo com a deliberação de Câmara tomada para o efeito sobre este assunto. -----

11. ANA ISABEL SILVA PACHECO - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO NOS TERMOS DO ART.º 54.º DA LEI N.º 91/95, DE 02/09, NA REDAÇÃO ATUAL - RECONVERSÃO URBANÍSTICA DAS ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL (AUGI). -----

Solicita a Sr.ª Ana Isabel Silva Pacheco o parecer favorável da Câmara, nos termos da legislação supra referida, relativamente ao aumento do número de compartes no prédio rústico artigo 124, secção C, pertencente à freguesia de Cuba. -----

Relativamente a esta matéria refere o n.º 1 do art.º 54.º da lei n.º 91/95, de 2/09, na redação atual, que: *"A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de propriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios"*. -----

De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo *"O parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não*

urbana." -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou certificar que não se opõe ao aumento do número de compartes, no prédio rústico denominado "Bejas de Cima – Courelas de Malk Abrahão", inscrito na matriz predial sob o art.º 124, secção C, freguesia de Cuba. -----

12. PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DO CONCELHO DE CUBA. AVISO N.º 17442/2019. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 239/2019, do Serviço de Obras Municipais, que se transcreve: -----

Decorrido o prazo de discussão pública, sobre a alteração ao PDM, informamos que não houve qualquer observação a considerar no período acima mencionado. -----

Nesse sentido, proponho que se submeta o processo para consulta das entidades externas. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a informação remetendo o processo para as entidades externas. -----

13. ESCALAS DE TURNOS DE SERVIÇO DAS FARMÁCIAS DO ALENTEJO PARA O ANO 2020 . -----

Foi presente à Câmara, nos termos do disposto o art.º 14.º de DL n.º 7/2011, de 10 de janeiro e do número 2 do art.º 3.º da Portaria nº 277/2012, de 12 de Setembro, a proposta de escalas de turnos de serviço das farmácias do Alentejo para o ano 2020, solicitando a emissão de parecer do município. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta nos termos apresentados. -----

14. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DOS DIAS E HORA DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DO ÓRGÃO EXECUTIVO DURANTE O ANO DE 2020. -----

Estatui o n.º 1 do art.º 40.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que "As reuniões ordinárias da câmara municipal devem ter lugar em dia e hora certos, cuja marcação é objeto de deliberação na sua primeira reunião". -----

Estamos, portanto, em momento oportuno para proceder à fixação dos dias e horas em que as reuniões ordinárias terão lugar no ano civil de 2020. -----

Nesta conformidade, propõe-se que as reuniões ordinárias da Câmara Municipal tenham lugar, no Salão Nobre dos Paços do Município, às 09h30, nos seguintes dias:

JANEIRO: 8 e 22; FEVEREIRO: 5 e 19; MARÇO: 4 e 18; ABRIL: 08 e 22; MAIO: 06 e 20; JUNHO: 03 e 17; JULHO: 01, 15 e 29; AGOSTO: 12 e 26; SETEMBRO: 09 e 23; OUTUBRO: 07 e 21; NOVEMBRO: 04 e 18; DEZEMBRO: 02, 16 e 30. -----

A deliberação de fixação das datas e horas das reuniões ordinárias é objeto de publicitação por edital e deve constar em permanência no sítio da Internet do município, considerando-se convocados todos os membros da câmara municipal, conforme determina o n.º 3 do citado art.º 40.º. -----

Nesta conformidade, deve V. Exª, Sr. Presidente da Câmara, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea o) do art.º 35.º (*"Compete ao presidente da câmara municipal (...) Estabelecer e distribuir a ordem do dia das reuniões"*), remeter o presente assunto para deliberação pelo órgão executivo na sua reunião ordinária de 27/12/2019. A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar as datas propostas na Informação n.º 170/2019, do SAJAI. -----

Mais deliberou a Câmara manter a deliberação do ano transato de que todas elas serão públicas. -----

15. PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO PARA O ANO DE 2020. -----

Com o objetivo de dar imediata satisfação ao pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis, que não se compadecem com os formalismos legais inerentes à autorização de despesas, propõe-se que, ao abrigo do disposto no nº 2.3.4.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, sejam constituídos os seguintes fundos de maneo para o ano de 2020, a que correspondem as dotações orçamentais descritas: -----

1) Presidente da Câmara – Dr. João Português ----- Total do fundo: € 400

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Gasóleo..... 01 02/02 01 02 02 **€ 100**

Deslocações e Estadas 01 02/02 02 13 € 150

Outros Serviços 01 02/02 02 25 € 75

Outros Bens 01 02/02 01 21 € 75

2) Vice-Presidente da Câmara – Sr. Francisco Fitas ----- Total do fundo: € 300

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Combustíveis – Gasóleo 01 02/02 01 02 02 € 50

Deslocações e Estadas 01 02/02 02 13 € 100

Comunicações 01 02/02 02 09 € 25

Outros Bens 01 02/02 01 21 € 25

Outros Serviços 01 02/02 02 25 € 50

Transportes 01 02/02 02 10 € 50

3) Vereadora Dr.ª Noémia Ramos: ----- Total do fundo: € 250

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Combustíveis – Gasolina 01 02/02 01 02 01 € 50

Deslocações e estadas 01 02/02 02 13 € 50

Outros Bens 01 02/02 01 21 € 50

Transportes..... 01 02/02 02 10 € 50

Outros serviços 01 02/02 02 25 € 50

4) Chefe da Unidade de Administração e Finanças, Dr.ª Cármen Estrela -----

-----Total do fundo: € 100

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Combustíveis – Gasolina 06/02 01 02 01 € 25

Material de Escritório 06/02 01 08 € 25

Comunicações 06/02 02 09 € 15

Outros Bens 06/02 01 21 € 10

Deslocações e estadas 06/02 02 13 € 25

5) Chefe da Unidade de Ambiente, Ordenamento e Urbanismo ----- Dr. André

Linhas Roxas ----- Total do fundo: € 100

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Combustíveis – Gasolina 07/02 01 02 01 € 25

Material de Escritório 07/02 01 08 € 25

Comunicações 07/02 02 09 € 15

Outros Bens 07/02 01 21 € 10

Deslocações e estadas 07/02 02 13 € 25

6) Chefe da Unidade Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade ---- Dr.

Vitor Fialho ----- Total do fundo: € 100

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Combustíveis – Gasolina 08.01/02 01 02 01 € 25

Material de Escritório 08.01/02 01 08 € 25

Comunicações 08.01/02 02 09 € 15

Outros Bens 08.01/02 01 21 € 10

Deslocações e estadas 08/02 02 13 € 25

7) Encarregado Geral de Pessoal Operacional - Parque e Viaturas – Obras Municipais -

Sr. José Domingos Galinha ----- Total do fundo: € 200

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Outros Bens 07/02 01 21 € 100

Outros trabalhos especializados 07/020220 € 100

8) Piscinas Municipais ----- Sr. Vítor Teixeira ----- Total do fundo: € 75

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Outros Bens 08.03/02 01 21 € 75

9) - Parque de Máquinas e Viaturas/Refeitório Municipal. ----- Sr. Joaquim Luís Canudo ----- Total do fundo: € 700

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Aliment. – Gén. p/confeção 07/02 01 06 € 50

Conservação de Bens 07/02 02 03 € 25

Outros Bens 07/02 01 21 € 100

Outros Trabalhos Especializados 07/02 02 20 € 200

Outros Serviços 07/02 02 25 € 100

Outros materiais - Peças 07/02 01 14 € 225

10) Ação Cultural e Turismo ----- Dr.ª Dulce Lopes ----- Total do fundo: € 50

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Outros Bens 08.01/02 01 21 € 50

11) Biblioteca Municipal ----- Dr.ª Sandra Brás ----- Total do fundo: € 250

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Outros Bens 08.02/02 01 21 € 250

12) Museu ----- D. Maria Joaquina Horta Caeiro ----- Total do fundo: € 50

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Outros bens 0801/020121 € 20

13) Subunidade Administrativa – Águas e Saneamento. ----- Sr. Joaquim António

----- Total do fundo: € 100

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Outros bens 06/020121 € 100

14) CPCJ - D. Joaquina Rosa Faisco (Presidente da CPCJ de Cuba) Total do fundo: € 200

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Outros bens 08.01/020121 – GOP's 02 211 2007/5004 9 € 60

Outros serviços 08.01/020225 – GOP's 02 211 2007/5004 9 € 60

Deslocações e estadas08 01/02 02 13 – GOP's 02 211 2007/5004 4 € 80

Nesta conformidade deve V. Ex^a, Sr. Presidente da Câmara, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea o) do art.º 35º (*"Compete ao presidente da câmara municipal (...) Estabelecer e distribuir a ordem do dia das reuniões"*), remeter o presente assunto para deliberação pelo órgão executivo na sua reunião ordinária de 26/12/2019. Mais se informa que, quando estiver em aplicação o SNC-AP, as rubricas dos diversos fundos de maneo serão atualizadas. -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, deliberou aprovar a constituição dos Fundos de Maneio nos termos propostos. -----

16. ADRIANA MARIA VLAD. APOIOS SOCIAIS – GÁS. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 72/2019, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea j) n.º 1 do art.º 2.º, nos números 1, 2 e 3 do art.º 3.º, em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e al) b) do n.º 4.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para aquisição de uma botija de gás, no valor de € 28,00, formulado pela Sr.ª Adriana Maria Vlad. -----

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do PS, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

17. JACINTA CUSTÓDIA PARREIRINHA BATISTA. APOIOS SOCIAIS – ALIMENTAÇÃO. ---

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 73/2019, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea j) n.º 1 do art.º 2.º, nos números 1, 2 e 3 do art.º 3.º, em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e al) b) do n.º 4.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação, no valor de € 50,00, formulado pela Sr.ª Jacinta Custódia Parreirinha Batista. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

18. PROVA DE ATLETISMO SÃO SILVESTRE VILA DE CUBA. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE BEJA. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Vice-Presidente que autorizou a transferência de uma verba de € 640,00, para a Associação de Atletismo de Beja, entidade que conjuntamente com a Câmara organiza o evento em título, com vista à atribuição de prémios aos participantes na prova “São Silvestre Vila de Cuba”. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara.

19. PRORROGAÇÃO DA LICENÇA SOGILUB, LDA. DESPACHO N.º 9429/2019, DE 4 DE OUTUBRO.

No âmbito do protocolo de cooperação, celebrado no dia 27 de março de 2017, entre a Sogilub – Sociedade de Gestão Integrada de Óleos Lubrificantes Usados, Lda, com sede na Av. Eng.º Duarte Pacheco, Torre 2, Piso 6, Sala 4, Amoreiras, 1070-102 Lisboa e Câmara Municipal de Cuba, informamos V. Ex.a(s) que no seguimento da publicação do Despacho n.º 9429/2019, de 4 de outubro, foi concedida a prorrogação da licença da Sogilub, Lda., na qualidade de entidade gestora dos óleos lubrificantes usados em Portugal, pelo período de 1 (um) ano, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2020. -----
Dessa forma, foi-nos enviada uma adenda, ao citado protocolo de cooperação, que visa a mera modificação do prazo inicial, sendo o seu término a 31 de dezembro de 2020, pelo que, se propõe a aprovação da mesma pelo órgão executivo. -----
A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a adenda ao protocolo. -----

20. CONTRATO DE SUBCONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DO TERRENO E IMÓVEL (ID 6781).

Por deliberação do órgão executivo tomada, em sua reunião ordinária de 15/05/2019, foi aprovada a proposta apresentada pela IP – Património Administração e Gestão Imobiliária, S.A., para arrendamento do prédio das antigas casas de habitação do pessoal sito junto à estação de Cuba, para aí instalar uma residência de estudantes. -----
O arrendamento será celebrado pelo prazo de 20 anos, eventualmente renovável por períodos de 2 anos, até ao limite de 2 renovações, com a renda mensal estipulada nos seguintes termos: -----
a) 1.º, 2.º e 3.º anos: € 100,00 (cem euros), acrescidos de IVA; -----

- b) 4.º, 5.º e 6.º anos: € 150,00 (cento e cinquenta euros), acrescidos de IVA; -----
c) 7.º, 8.º e 9.º anos: € 200,00 (duzentos euros), acrescidos de IVA; -----
d) 10.º, 11.º e 12.º anos: € 250,00 (duzentos e cinquenta euros), acrescidos de IVA; -----
e) 13.º, 14.º e 15.º anos: € 300,00 (trezentos euros), acrescidos de IVA; -----
f) 16.º ano e seguintes: € 350,00 (trezentos e cinquenta euros), acrescidos de IVA. -----

Está prevista a constituição de uma caução no valor de € 1.291,50 (mil duzentos e noventa e um euros e cinquenta cêntimos), um prazo de carência de 4 meses, para realização das obras de adaptação do espaço ao fim pretendido e é exigida a constituição de um seguro de responsabilidade civil, de valor a apurar aquando da elaboração da minuta do contrato de arrendamento. -----

Vem, agora, a IP – Património Administração e Gestão Imobiliária, S.A., formalizar aquela intenção de cedência através da celebração de um contrato de subconcessão de uso privativo do terreno e imóvel (ID 6781) nele implantado, constituído por 7 (sete) fogos habitacionais, junto da Estação Ferroviária de Cuba, ao Km 137,053 do lado esquerdo da linha do Alentejo, cujas cláusulas são as seguintes: -----

“CLÁUSULA PRIMEIRA

Objeto

1 - Pelo presente contrato a IP PATRIMÓNIO confere ao MUNICÍPIO o direito de utilizar, por sua conta e risco o terreno com 824m2 e o imóvel (ID 6781) nele implantado, com a área de 371m2, constituído por 7 (sete) fogos habitacionais, junto da Estação Ferroviária de Cuba, ao Km 137,053 do lado esquerdo da linha do Alentejo, pertencente ao domínio público ferroviário, assinalado na planta anexa que, rubricada pelas partes, fica a fazer parte integrante do presente contrato como Anexo I.

2 - A subconcessão objeto do presente contrato destina-se exclusivamente a utilização como residência de estudantes, e será disponibilizado a título gratuito a estudantes oriundos de países de língua portuguesa, durante o período de tempo em que frequentam o Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, não podendo o MUNICÍPIO dar-lhe qualquer outro destino, sem a prévia autorização escrita da IP PATRIMÓNIO.

3 - De modo a impedir o acesso direto à plataforma e à passagem de nível, o MUNICÍPIO obriga-se a proceder à instalação de uma vedação em todo o logradouro confinante à via-férrea.

CLÁUSULA SEGUNDA

Prazo de Subconcessão

1 - A presente subconcessão terá a duração de 20 (vinte) anos, com início na data de assinatura do presente contrato.

2 - A subconcessão poderá ser renovada, mediante motivo devidamente fundamentado, por períodos sucessivos de 2(dois) anos, até ao limite máximo de 2 (duas) renovações.

3 - Para efeitos da renovação prevista no número anterior, considera-se motivo fundamentado, a manutenção do interesse do MUNICÍPIO no uso do imóvel subconcessionado e o mesmo manter a sua não afetação à exploração ferroviária.

4 - O presente contrato poderá cessar por denúncia de qualquer das partes com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias relativamente ao termo do período inicial de vigência e, em caso de renovação, o mesmo poderá cessar todo o tempo mediante denúncia por qualquer das partes com igual antecedência face à data de produção de efeitos pretendida.

5 - A denúncia será efetuada por carta registada com aviso de receção.

CLÁUSULA TERCEIRA

Contrapartida devida pelo MUNICÍPIO

1 - Pela subconcessão referida na Cláusula Primeira o MUNICÍPIO pagará à IP PATRIMÓNIO os seguintes valores mensais:

a) Do 1º ao 3º ano de vigência do Contrato: € 100,00 (cem euros);

b) Do 4º ao 6º ano de vigência do Contrato: € 150,00 (cento e cinquenta euros);

c) Do 7º ao 9º ano de vigência do Contrato: € 200,00 (duzentos euros);

d) Do 10º ao 12º ano de vigência do Contrato: € 250,00 (duzentos e cinquenta euros);

e) Do 13º ao 15º ano de vigência do Contrato: € 300,00 (trezentos euros);

f) A partir do 16º ano de vigência do Contrato: € 350,00 (trezentos e cinquenta euros).

2 - Ao valor referido no número anterior acrescerá o IVA à taxa legal em vigor e será efetuada retenção na fonte de IRC, no percentual à taxa legal em vigor, obrigando-se o MUNICÍPIO a entregar à IP PATRIMÓNIO o comprovativo do pagamento ao Estado do montante correspondente à retenção de IRC, no prazo máximo de 4 (quatro) dias úteis após efetuado esse mesmo pagamento, sob pena de aplicação de penalidade nos termos gerais previstos no presente contrato.

3 – Os valores previstos no n.º1 serão atualizados no segundo ano e seguintes com base no índice de preços do consumidor no continente, publicado pelo INE, com referência aos últimos doze meses.

4 - A faturação será emitida pela IP PATRIMÓNIO com periodicidade mensal, no início do período anterior àquele a que disser respeito.

5 - O pagamento é devido até ao dia 8 (oito) do mês a que disser respeito.

6 - O pagamento deverá ser efetuado por débito direto, mediante a devolução do respetivo formulário devidamente preenchido, assinado e carimbado e comprovativo de IBAN.

7 - Em caso de mora no pagamento das contrapartidas vencer-se-ão juros moratórios calculados à taxa legal em vigor.

8 - Para efeitos da realização das obras previstas no n.º 6 (seis) da Cláusula Quinta, é concedido ao MUNICÍPIO um período de carência do pagamento da mensalidade, pelo prazo de 4 (quatro) meses.

CLÁUSULA QUARTA

Caução

1 - Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações que o MUNICÍPIO assume com a celebração do presente contrato, o mesmo prestou uma caução no valor de € 1.300,00 (mil e trezentos euros), mediante depósito em numerário a favor da IP Património-Administração e Gestão Imobiliária, S.A. para o IBAN do IGCP: PT50 0781 011201120014558 22 e envio do respetivo comprovativo.

2 - Terminada a vigência do presente contrato, a caução será liberada no prazo de 30 (trinta) dias de calendário após o cumprimento de todas as obrigações do MUNICÍPIO.

3 - Todas as despesas derivadas da prestação da presente caução são da conta do MUNICÍPIO.

4 - O valor da caução prestada será atualizado obrigatoriamente de acordo com a atualização de preço prevista no n.º3 da Cláusula Terceira.

5 - A não atualização do valor da caução conforme previsto no número anterior confere à IP PATRIMÓNIO o direito de resolver imediata e unilateralmente o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA

Manutenção, Conservação, Obras e Benfeitorias

1 - O MUNICÍPIO obriga-se a realizar todas as obras e manter o local subconcessionado em bom estado de conservação, funcionamento e segurança, a expensas suas, devendo para tanto efetuar, tempestivamente, todos os trabalhos necessários para o efeito.

2 - A realização de quaisquer obras de manutenção, conservação, adaptação, renovação ou a realização de quaisquer benfeitorias no local subconcessionado, são de conta e risco do MUNICÍPIO, devendo as obras e os respetivos projetos ser previamente autorizados e aprovados por escrito pela IPPATRIMÓNIO.

3 - Para efeitos do número anterior, a IP PATRIMÓNIO deverá comunicar ao MUNICÍPIO a aprovação, ou não, das obras e dos projetos no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da receção de todos os elementos necessários à sua apreciação sob pena de, não a fazendo no referido prazo, os mesmos se considerarem aprovados.

4 - Todas as obras a realizar pelo MUNICÍPIO poderão ser fiscalizadas pela IP PATRIMÓNIO ou por outra entidade por esta designada aquando da sua execução, pelo modo que esta entender adequado, sem que tal constitua qualquer limitação da responsabilidade do MUNICÍPIO, não podendo designadamente a execução das mesmas e a exploração do local subconcessionado prejudicar ou de qualquer forma interferir com a exploração do serviço ferroviário.

5 - Todas as obras ou benfeitorias efetuadas pelo MUNICÍPIO no local subconcessionado poderão, caso a IP PATRIMÓNIO assim o entenda, ingressar gratuitamente no domínio público ferroviário à medida da sua execução, não tendo o MUNICÍPIO direito a qualquer indemnização, nem podendo exercer direito de retenção.

6 - O MUNICÍPIO obriga-se a realizar as obras de adaptação do espaço subconcessionado ao fim previsto neste contrato, até ao montante máximo de € 200.000,00 (duzentos mil euros).

CLÁUSULA SEXTA

Encargos

1 - É da exclusiva responsabilidade do MUNICÍPIO a obtenção do licenciamento das obras, do uso e da atividade a desenvolver no imóvel mencionado no n.º 1 da Cláusula Primeira, não podendo o MUNICÍPIO exigir qualquer compensação à IP PATRIMÓNIO em caso de demora excessiva ou não obtenção de qualquer desses licenciamentos.

2 - São da responsabilidade do MUNICÍPIO todas as despesas e encargos que recaiam sobre o local subconcessionado, designadamente quer os respeitantes às licenças, contribuições, impostos, taxas, multas, coimas, quer os que recaiam sobre o exercício da atividade do MUNICÍPIO, ainda que liquidados à IP PATRIMÓNIO, bem como quaisquer outras despesas ligadas à sua atividade.

3 - Incumbe ainda ao MUNICÍPIO suportar todos os encargos necessários ao funcionamento do local subconcessionado, designadamente os relativos à limpeza, consumo de água e energia elétrica.

CLÁUSULA SÉTIMA

Responsabilidade

1 - O MUNICÍPIO assume integral e exclusiva responsabilidade pelos riscos inerentes à realização do objeto do contrato, sejam de que naturezas forem, constituindo sua obrigação zelar para que designadamente os seus agentes, entidades por si contratadas ou quaisquer pessoas que estejam no local subconcessionado, não adotem qualquer comportamento que possa fazer perigar designadamente a exploração ou a segurança ferroviária ou de terceiros ou não provoquem qualquer dano de natureza ambiental.

2 - O MUNICÍPIO responde independentemente de culpa por quaisquer danos ou prejuízos causados à IP PATRIMÓNIO, à Infraestruturas de Portugal, S.A., seus agentes, operadores ferroviários ou a terceiros sejam de que natureza forem, designadamente os decorrentes do exercício da sua atividade no local subconcessionado, prejuízos causados por quaisquer atos, factos ou omissões dos seus trabalhadores ou de qualquer pessoa ou entidade por si contratada ou a cuja colaboração recorrer, ou quaisquer outros que estejam no espaço subconcessionado, realização de obras ou ainda em consequência do mau estado de conservação do local subconcessionado.

3 - A IP PATRIMÓNIO não responde por danos ou prejuízos sofridos pelo MUNICÍPIO, seus agentes, entidades por si contratadas, ou terceiros, salvo culpa comprovada dos agentes da IP PATRIMÓNIO no exercício das respetivas funções.

4 - Se a IP PATRIMÓNIO tiver de assumir a indemnização de prejuízos que nos termos do presente contrato são da responsabilidade do MUNICÍPIO, este indemnizá-la-á de todas as despesas que, por esse facto e seja a que título for, houver que suportar, no prazo de 30 (trinta) dias de calendário após a notificação que a IP PATRIMÓNIO lhe faça para tal efeito, acompanhada da documentação respetiva, bem como assistirá à IP PATRIMÓNIO o direito de regresso das quantias que pagou ou que tiver de pagar.

CLÁUSULA OITAVA

Seguro

1 - O MUNICÍPIO deverá manter enquanto durar a subconcessão, um contrato de seguro patrimonial tipo Multirriscos, no valor de € 248.000,00 (duzentos e quarenta e oito mil euros), que garanta os riscos do objeto contratual, resultantes desta subconcessão ou de caso fortuito ou de força maior, com as coberturas obrigatórias de Incêndio, Elementos da Natureza e Riscos Sísmicos.

2 - Na apólice referida no n.º 1 deverá designadamente constar:

a) Que as indemnizações devidas, ao abrigo da apólice, serão diretamente pagas à Infraestruturas de Portugal, S.A. / IP PATRIMÓNIO e/ou terceiros, nos casos em que esta e/ou terceiros sejam beneficiários ou interessados no seguro;

b) Que as reduções de capital ou de garantias, ou alteração, anulação ou substituição da apólice terão que ser previamente aprovadas pela IP PATRIMÓNIO e que o Segurador se obriga a notificar imediatamente a IP PATRIMÓNIO de qualquer incumprimento por parte do MUNICÍPIO, podendo, neste caso, a IP PATRIMÓNIO substituir-se-lhe no cumprimento de quaisquer obrigações;

c) Cláusula de atualização anual do capital seguro, de acordo com o índice de atualização publicado trimestralmente pela ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões).

3 - As propostas de seguro, nomeadamente os termos e condições, os capitais de cobertura e as franquias têm de ser previamente submetidas à consideração da IP PATRIMÓNIO para sua análise e decisão.

4 - O MUNICÍPIO é obrigado a entregar à IP PATRIMÓNIO uma cópia das apólices de seguro referidas nos números anteriores, entenda-se cópia das condições gerais, especiais e particulares, acompanhada dos respetivos recibos de liquidação, até ao prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da celebração do presente contrato, e a remeter os comprovativos do pagamento dos prémios e atualizações sempre que interpelado nesse sentido.

5 - Na eventualidade de se virem a verificar quaisquer obras de manutenção, conservação, adaptação, renovação ou a realização de quaisquer benfeitorias no local subconcessionado, o MUNICÍPIO compromete-se em acautelar seguro específico para o efeito ou incorporar a cobertura na sua apólice de responsabilidade civil, bem como, atualizar o valor do capital seguro, referido no ponto 1.

6 - As apólices de seguros referentes ao presente contrato e respetivas franquias constituem encargo único do MUNICÍPIO, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidades legalmente autorizadas.

7 - Se o MUNICÍPIO não tiver contratado, pago ou atualizado os seguros referidos nos números anteriores poderá a IP PATRIMÓNIO dar imediatamente por finda a presente subconcessão, sem que por isso o MUNICÍPIO tenha direito a qualquer indemnização, ou proceder à celebração ou manutenção do citado seguro, pagando os prémios que forem devidos, assistindo-lhe o direito de regresso, e vencendo-se a correspondente obrigação de pagamento, pelo MUNICÍPIO, no prazo de 2 (dois) dias úteis após interpelação pela IP PATRIMÓNIO.

8 - A contratação das apólices referidas na presente cláusula não constitui, em qualquer caso, limitação ou exoneração das obrigações e responsabilidades, legais ou contratuais, do MUNICÍPIO perante a IP PATRIMÓNIO ou perante a lei.

9 - Adicionalmente, a IP PATRIMÓNIO informa que dispõe presentemente de uma solução protocolada para a subscrição de seguros do tipo Multirriscos em condições preferenciais no mercado, que, caso seja do interesse do MUNICÍPIO, coloca à disposição a possibilidade de adesão.

CLÁUSULA NONA

Sequestro

A IP PATRIMÓNIO poderá promover o sequestro da subconcessão em caso de incumprimento grave pelo MUNICÍPIO de obrigações contratuais ou estando o mesmo iminente, aplicando-se quanto a esta matéria o disposto no artigo 421º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

CLÁUSULA DÉCIMA

Resgate e Resolução

1 - Por razões de interesse público, relacionadas designadamente com a gestão ferroviária, a IP PATRIMÓNIO poderá resgatar a subconcessão, decorrido 1/3 (um terço) da vigência do contrato, devendo para tal notificar o MUNICÍPIO com a antecedência de 120 (cento e vinte) dias, por carta registada com aviso de receção.

2 - A IP PATRIMÓNIO poderá ainda resolver o presente contrato em caso de incumprimento por parte do MUNICÍPIO das obrigações contratuais e, designadamente, em qualquer das seguintes situações:

- a) Abandono da exploração da subconcessão ou a sua suspensão injustificada;
- b) Não ter realizado as obras nos termos e condições previstos na Cláusula Quinta;
- c) Alteração ou desvio do objeto da subconcessão;
- d) Cessão não autorizada de quaisquer direitos ou obrigações respeitantes ao presente contrato;
- e) Recusa injustificada do MUNICÍPIO em proceder à adequada conservação do local subconcessionado;
- f) Mora, no pagamento de qualquer importância devida pelo MUNICÍPIO à IP PATRIMÓNIO;

g) Incumprimento de quaisquer ordens ou instruções fundamentadas e legítimas emanadas de agentes da IP PATRIMÓNIO ou da Infraestruturas de Portugal, S.A., respeitantes designadamente, a procedimentos de segurança.

3 - A resolução do contrato será comunicada à parte faltosa por carta registada com aviso de receção com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, relativamente à data da produção de efeitos da resolução.

4 - A resolução nos termos previstos no n.º 2 da presente Cláusula, implica que o MUNICÍPIO se constitua na obrigação de indemnizar a IP PATRIMÓNIO por todos os danos emergentes por esta sofridos e pelo pagamento dos lucros cessantes, cujo valor será determinado conforme os termos gerais de direito.

5 - Por motivo de interesse público devidamente fundamentado, pode a IP PATRIMÓNIO resolver o presente contrato, em qualquer altura, mediante pré-aviso de 120 (cento e vinte dias) ou resgatá-lo nos casos previstos no n.º 1 da presente Cláusula, devendo, caso a resolução ou o resgate ocorram durante o período inicial de vigência do contrato indemnizar o MUNICÍPIO, nos seguintes termos:

a) No caso de investimento realizado pelo MUNICÍPIO, a indemnização corresponderá ao valor não amortizado das obras e benfeitorias previstas e aprovadas nos termos da Cláusula Quinta, considerando uma amortização a taxas constantes durante o período de vigência do presente contrato, e no tocante apenas aos investimentos em bens inseparáveis do local ocupado ou aos bens cuja desmontagem ou separação do local ocupado impliquem uma deterioração desproporcionada da mesma;

b) No caso de não haver investimento realizado pelo MUNICÍPIO, a indemnização corresponderá aos danos emergentes e aos lucros cessantes, nos termos regulados nos n.ºs 5 e 6 do artigo 422.º do CCP.

6 - Caso a resolução ou resgate referidos no número anterior ocorra durante o período de renovação do presente contrato, não advém ao MUNICÍPIO o direito a qualquer indemnização.

7 - O valor a considerar para efeitos da alínea a) do n.º 5, deve ser objeto de parecer conjunto a emitir obrigatoriamente pelos revisores oficiais de contas da IP PATRIMÓNIO e do MUNICÍPIO, obrigando-se as partes a solicitar prontamente tal parecer e a prestar aos revisores as informações que estes solicitem para tal efeito.

8 - No caso de a estrutura organizativa do MUNICÍPIO não dispor de revisor oficial de contas, o MUNICÍPIO obriga-se a contratar um revisor oficial de contas para os fins previstos no número anterior.

9 – Para efeitos do ressarcimento previsto na alínea b) do n.º 5, o MUNICÍPIO terá de demonstrar o valor a reclamar com todos os elementos necessários e indispensáveis à sua apreciação por parte da IP PATRIMÓNIO, sendo que esta apenas aceitará pagar o montante que considerar devidamente justificado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Penalidades

Sem prejuízo dos regimes especiais de penalidades previstos no presente contrato, o incumprimento imputável ao MUNICÍPIO de quaisquer obrigações que não impliquem a resolução do contrato nos termos da Cláusula anterior, pode determinar aplicação, pela IP PATRIMÓNIO, de penalidade pecuniária em montante correspondente a 20% (vinte por cento) do valor da contrapartida praticada à data do incumprimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Desocupação

1 - Findo, por qualquer motivo, o presente contrato, o local subconcessionado e os bens nele integrados serão entregues à IP PATRIMÓNIO em bom estado de conservação, devendo o MUNICÍPIO proceder à sua desocupação no prazo que lhe for indicado pela IP PATRIMÓNIO, sem prejuízo de esta, se assim o entender, poder requerer a entrega do imóvel devoluto, livre de quaisquer instalações implantadas pelo MUNICÍPIO.

2 - Se, findo o prazo fixado nos termos do número anterior, o MUNICÍPIO não tiver procedido à desocupação do local subconcessionado e sem prejuízo do direito de se proceder à desocupação coerciva nos termos e ao abrigo dos poderes de autoridade legalmente previstos, o MUNICÍPIO pagará à IP PATRIMÓNIO, enquanto nele se mantiver, uma quantia correspondente ao valor de uma mensalidade em vigor à data em que a desocupação devesse ter efetuado, por cada mês ou fração de atraso, acrescida de 50% (cinquenta por cento) sobre esse mesmo valor, sendo para esse efeito a fração de um mês considerada como mês completo.

3 - Se o MUNICÍPIO não entregar o local subconcessionado e os bens nele integrados em bom estado de conservação, ou se não proceder à entrega do imóvel quando a IP PATRIMÓNIO assim o solicite, assistirá a esta o direito de ser indemnizada, podendo, designadamente, proceder aos trabalhos necessários por conta do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Publicidade

O MUNICÍPIO não poderá fazer ou permitir publicidade de qualquer natureza no local subconcessionado, salvo prévia e expressa autorização escrita da IP PATRIMÓNIO para o efeito, e depois de estabelecidas as devidas contrapartidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Reabastecimento e Lixos

1 – Os reabastecimentos necessários ao exercício da atividade do MUNICÍPIO deverão ser feitos obrigatoriamente fora das horas de tráfego de ponta, em período a fixar pela IP PATRIMÓNIO.

2 – Todos os lixos e detritos deverão ser depositados no local afixado para o efeito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Subconcessão e Cessão

A presente subconcessão não é transmissível no todo ou em parte, para terceiros, não podendo também o MUNICÍPIO ceder, seja a que título for, quaisquer direitos ou obrigações dela emergentes ou autorizar a ocupação do local subconcessionado por terceiros, a qualquer título, sem a prévia autorização escrita da IP PATRIMÓNIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Correspondência

1 – Toda a correspondência que o MUNICÍPIO dirigir, no âmbito deste contrato à IP PATRIMÓNIO será endereçada para:

IP Património-Administração e Gestão Imobiliária, S.A.

Avenida de Ceuta-Estação Ferroviária de Alcântara-Terra

1300-254 Lisboa

2 - Toda a correspondência que a IP PATRIMÓNIO ou seus representantes dirigirem, no âmbito deste contrato, ao MUNICÍPIO, será endereçada para:

Município de Cuba

Rua Serpa Pinto, n.º 84

7940-172 Cuba

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Legalidade da Despesa

A despesa emergente do presente contrato encontra-se prevista nos instrumentos financeiros em vigor do MUNICÍPIO na qual tem cabimento e compromisso para o primeiro ano de vigência deste contrato: informações de cabimento n.º __, de __ de __ de 2019 e informações de compromisso n.º __, de __ de __ de 201__ nas classificações económicas: __ e __, tendo a assunção do correspondente compromisso plurianual sido autorizada pela Assembleia Municipal de Cuba, em sessão realizada em __ de ____ de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Legislação Aplicável

As relações entre a IP PATRIMÓNIO e o MUNICÍPIO são regidas, em tudo quanto não estiver especialmente regulado no presente contrato, pelas disposições legais relativas ao domínio público ferroviário, designadamente as constantes do Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de Novembro e dos Decretos n.os 11928, de 21 de julho de 1926 e 12800, de 7 de dezembro de 1926, mantidos em vigor pelo primeiro diploma, do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto e ainda na parte aplicável, o estabelecido no Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio e pelo Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Foro competente

Para a resolução de todas as questões emergentes de interpretação e execução do presente contrato, é designado pelas Partes o Tribunal competente da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura.

Feito e assinado em Lisboa, aos ____ de ____ de 2019, em 2 (dois) exemplares de igual valor, ficando um na posse de cada parte”.

Resultam deste contrato de subconcessão de uso privativo uma série de obrigações e respetivas quantificações que não constavam da proposta inicial. São elas:

- 1) A obrigatoriedade de o Município instalar uma vedação em todo o logradouro confinante à via férrea (se esta intervenção não está prevista no projeto de obra a levar a cabo no prédio em questão, haverá aqui mais um encargo para o Município que cabe apurar);

2) Atualização a partir do 2.º ano e seguintes de vigência do contrato dos valores mensais a pagar, de acordo com o índice de preços do consumidor no continente;

3) O valor da caução a prestar é superior (embora não seja muito relevante a diferença de valores) - € 1.300,00 - ao inicialmente proposto - € 1.291,50 -, mas está sujeita a atualização anual de acordo com o índice de preços do consumidor no continente. A não atualização anual do valor da caução confere à IP Património o direito de resolver imediatamente o contrato;

4) Devem ser previamente submetidos à autorização e aprovação pelo IP Património os projetos de obras a realizar no prédio, as quais não devem ultrapassar o montante máximo de € 200.000,00;

5) Todas as obras e benfeitorias realizadas podem ingressar gratuitamente no domínio público rodoviário não tendo o Município direito a qualquer indemnização nem exercer o direito de regresso;

6) Obrigatoriedade de o Município contratar um seguro patrimonial multiriscos no valor de € 248.000,00, devendo da apólice constar que as indemnizações devidas são diretamente pagas à IP, S.A. /IP Património, que as reduções de capital ou de garantia ou alterações, anulação ou substituição da apólice têm de ser previamente aprovadas pela IP Património, atualização anual do capital seguro, de acordo com o índice de atualização publicado trimestralmente pela ASF.

As propostas de seguros, os capitais de cobertura e as franquias têm de ser previamente aprovadas pela IP Património.

A não contratação deste seguro, ou o seu não pagamento determina a imediata cessação do contrato de subconcessão;

7) Apertadas causas de resgate e resolução do contrato vertidas na cláusula 10.ª;

8) A despesa decorrente do contrato deve estar expressamente consignada em cabimento e compromisso do orçamento em vigência para o ano de início do contrato, e sendo um despesa plurianual deve constar a autorização da assembleia municipal para a assunção desses encargos. -----

Nesta conformidade, devem ser apurados os custos reais decorrentes da outorga do presente contrato para que os mesmos sejam cabimentados e comprometidos nas rubricas do orçamento vigente para o ano do seu início. -----

Mais, deve V. Ex.ª, Sr. Presidente, no uso da sua competência em matéria de elaboração e distribuição da ordem do dia, vertida na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que o órgão executivo, no âmbito da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º (*"Compete à câmara municipal (...) Apresentar propostas à assembleia*

municipal sobre matérias da competência desta") da citada lei o remeta para aprovação pela Assembleia Municipal, conforme determina a alínea p) do n.º 1 do art.º 25º. ("Compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal (...) Autorizar a câmara municipal a celebrar contratos de concessão (...)") da lei em referência. -----
A Câmara, por unanimidade, deliberou submeter o assunto a apreciação da Assembleia Municipal. -----

21. MARIA DAS DORES DA CRUZ LANITA MASSAPINA. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE NÚMERO DE POLÍCIA. -----

Solicita a Sr.ª Maria das Dores da Cruz Lanita Massapina a atribuição de número de polícia ao prédio urbano sito na Rua da República, em Cuba, inscrito na Matriz Predial sob o artigo n.º 389. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação do Gabinete Técnico, deliberou atribuir ao prédio os números 16 e 18 de polícia. -----

22. CONSULTA A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO, NO VALOR DE € 256 663,05, DESTINADO AO PROJETO DE REABILITAÇÃO URBANA DE TROÇO DA ESTRADA DA CIRCUNVALAÇÃO, EM CUBA. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que se transcreve: -----

João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara Municipal de Cuba, fazendo uso da faculdade que lhe é conferida pelo n.º 3 do art.º 35.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, aceitando o pedido dos interessados Banco Santander Portugal, S.A. e Caixa Geral de Depósitos, S.A., que se anexam, determina que, atendendo ao período de tolerâncias de ponto e feriado da época natalícia, o prazo para apresentação de propostas do procedimento supra identificado seja prorrogado até às 17h00 do próximo dia 31 de dezembro de 2019.

Mais determina que o presente despacho seja submetido a ratificação pelo órgão executivo na sua reunião ordinária de 26/12/2019, nos termos da disposição acima enunciada, e notificado a todos os interessados, que vão beneficiar desta prorrogação.

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por*

motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara.

23. CONSULTA A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO, NO VALOR DE € 465 994,00, DESTINADO AO PROJETO DE REABILITAÇÃO URBANA DA RUA 1.º DE MAIO, EM CUBA.

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que se transcreve: -----

João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara Municipal de Cuba, fazendo uso da faculdade que lhe é conferida pelo n.º 3 do art.º 35.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, aceitando o pedido dos interessados Banco Santander Portugal, S.A. e Caixa Geral de Depósitos, S.A., que se anexam, determina que, atendendo ao período de tolerâncias de ponto e feriado da época natalícia, o prazo para apresentação de propostas do procedimento supra identificado seja prorrogado até às 17h00 do próximo dia 31 de dezembro de 2019.

Mais determina que o presente despacho seja submetido a ratificação pelo órgão executivo na sua reunião ordinária de 26/12/2019, nos termos da disposição acima enunciada, e notificado a todos os interessados, que vão beneficiar desta prorrogação.

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara.* -----

24. PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES EM CUSTAS DOS PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL. -----

Sobre o assunto em referência havíamos já elaborado a n/ Informação Jurídica n.º 32/2018, de 14/03/2018, que voltamos a transcrever: -----

+ 1
"Foi-nos solicitado o enquadramento jurídico da possibilidade de os trabalhadores que intervêm nos processos de execução fiscal receberem participação nas custas dos processos de execução fiscal. -----

Antes de darmos resposta à questão solicitada, façamos, primeiro, um enquadramento legal desta temática. -----

Vem de longe a tradição dos funcionários públicos (hoje trabalhadores em regime de função pública) receberem emolumentos pessoais e custas fiscais quando interviessem em processos de execução fiscal. Este direito encontrava-se consagrado no artº. 58º do Decreto-Lei nº 247/87, de 17 de Junho (que estabelece o regime de carreiras e categorias, bem como as formas de provimento, do pessoal das câmaras municipais, serviços municipalizados, federações e associações de municípios, assembleias distritais e juntas de freguesia), que se transcreve: -----

"Artigo 58.º - Funções notariais e de juiz auxiliar -----

1. Após a reorganização dos serviços de harmonia com o disposto no Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro, e quando as funções notariais e de juiz auxiliar nos processos de execução fiscal não sejam desempenhadas pelo assessor autárquico, serão as mesmas, por deliberação do órgão executivo, cometidas aos titulares de cargos de direcção ou chefia de serviços de apoio instrumental, sem prejuízo, quanto às funções notariais, do recurso aos notários públicos. -----

2. O limite máximo de percepção de emolumentos notariais e de custas fiscais a auferir pelos titulares dos cargos referidos no número anterior não poderá, em caso algum, exceder 70% do montante anual do vencimento base da respetiva categoria. -----

3. O limite máximo de percepção de custas fiscais em processos de execução fiscal a auferir pelos funcionários que na qualidade de escrivães deles participem é de 30% do montante anual do vencimento base da respetiva categoria. -----

4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, entende-se por vencimento base o vencimento mensal legalmente fixado para a respetiva categoria na tabela de vencimentos da função pública. -----

5. Será aplicável às remunerações acessórias inseridas nos nºs 2 e 3 do presente artigo o

regime que vier a ser definido nos diplomas que estabeleçam a tabela de vencimentos dos funcionários e agentes da Administração Pública". -----

Significava isto que os titulares de cargos dirigentes designados pelo órgão executivo para o exercício de funções de juiz auxiliar nos processos de execução fiscal tinha direito à percepção de custa fiscais até 70% do rendimento anual da respetiva categoria, enquanto que os trabalhadores que detinham a qualidade de escrivães desses processos recebiam até 30% do rendimento anual da respetiva categoria. -----

Este diploma legal foi revogado pela alínea q) do artº. 116º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro (doravante LVCR, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas). -----

Constitui entendimento generalizado que as participações nas custas dos processos de execução fiscal constituem suplementos remuneratórios atribuídos em função de particularidades específicas da prestação de trabalho dos funcionários que intervêm nestes processos, por paralelismo com o que acontece com os funcionários da Administração Tributária, nos termos definidos no artº. 3º do Decreto-Lei nº 335/97, de 2 de Dezembro.

Todavia, as participações em custas fiscais não se enquadram no conceito de suplementos remuneratórios definido pelo artº. 73º da LVCR ("1. São suplementos remuneratórios os acréscimos remuneratórios devidos pelo exercício de funções em postos de trabalho que apresentam condições mais exigentes relativamente a outros postos de trabalho caracterizados por idêntico cargo ou por idênticas carreira e categoria. 2. Os suplementos remuneratórios estão referenciados ao exercício de funções nos postos de trabalho referidos na primeira parte do número anterior, sendo apenas devidos a quem os ocupe. 3. São devidos suplementos remuneratórios quando trabalhadores, em postos de trabalho determinados nos termos do n.º 1, sofram, no exercício das suas funções, condições de trabalho mais exigentes: a) De forma anormal e transitória, designadamente as decorrentes de prestação de trabalho extraordinário, noturno, em dias de descanso semanal, complementar e feriados e fora do local normal de trabalho; ou b) De forma permanente, designadamente as decorrentes de prestação de trabalho arriscado, penoso ou insalubre, por turnos, em zonas periféricas, com isenção de horário e de secretariado de direção. 4. Os suplementos remuneratórios são apenas devidos enquanto perdurem as condições de trabalho que determinaram a sua

atribuição. 5. Os suplementos remuneratórios são apenas devidos enquanto haja exercício de funções, efetivo ou como tal considerado por ato legislativo da Assembleia da República. 6. Em regra, os suplementos remuneratórios são fixados em montantes pecuniários, só excecionalmente podendo ser fixados em percentagem da remuneração base mensal. 7. Com observância do disposto nos números anteriores, os suplementos remuneratórios são criados e regulamentados por lei e ou no caso das relações jurídicas de emprego público constituídas por contrato, por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho”), na medida em que constituem condições para a sua atribuição a prestação de trabalho extraordinário, noturno, em dias de descanso semanal, complementar e feriados e fora do local normal de trabalho ou a prestação de trabalho arriscado, penoso ou insalubre, por turnos, em zonas periféricas, com isenção de horário e de secretariado de direcção. -----

Em face desta circunstância temos que lançar mão do disposto no artº. 112º da LVCR, que estatui em matéria de revisão dos suplementos remuneratórios o seguinte: “1. Tendo em vista a sua conformação com o disposto na presente lei, os suplementos remuneratórios que tenham sido criados por lei especial são revistos no prazo de 180 dias por forma a que: a) Sejam mantidos, total ou parcialmente, como suplementos remuneratórios; b) Sejam integrados, total ou parcialmente, na remuneração base; c) Deixem de ser auferidos. 2. Quando, por aplicação do disposto no número anterior, os suplementos remuneratórios não sejam, total ou parcialmente, mantidos como tal ou integrados na remuneração base, o seu exato montante pecuniário, ou a parte que dele sobre, continua a ser auferido pelos trabalhadores até ao fim da sua vida ativa na carreira ou na categoria por causa de cuja integração ou titularidade adquiriram direito a eles. 3. O montante pecuniário referido no número anterior é insuscetível de qualquer alteração. 4. Ao montante pecuniário referido no n.º 2 é aplicável o regime então em vigor do respetivo suplemento remuneratório. 5. Não é aplicável o disposto nos n.ºs 2 e seguintes quando o suplemento remuneratório tenha sido criado ou alterado por ato não legislativo depois da entrada em vigor da Lei n.º 43/2005, de 29 de Agosto”.

Significa isto que os trabalhadores que, à data da entrada em vigor da LVCR (a 01/01/2009, conforme previsto no nº 7 do seu artº. 118º conjugado com o artº. 23º da

Lei nº 59/2008, de 11 de Setembro, que aprovou o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas), assim como os que tenham sido designados após essa data, intervenham nos processos de execução fiscal continuarão a auferir as participações em custas fiscais até ao fim da sua vida ativa na carreira ou categoria por causa de cuja integração naquelas funções adquiriram esse direito. -----

Neste sentido concluiu o Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, através do seu Parecer nº 33/2010, assim como têm decidido diversas sentenças dos tribunais administrativos. -----

Mais se informa que a norma constante do artº. 112º da LVCR continua vigente, não obsta tal diploma legal ter sido revogado pela Lei nº 35/2014, de 20 de Junho (vide alínea c) do nº 1 do seu artº. 42º - "São revogados (...) A Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, 66/2012, de 31 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, com exceção das normas transitórias abrangidas pelos artigos 88.º a 115.º)". -----

Foi-nos, entretanto presente o parecer emitido pela POCALENTEJO, Lda, sobre a possibilidade, ou não, da participação dos trabalhadores em custas dos processos de execução fiscal, que se transcreve a seguir: -----

"Foi-nos solicitado a emissão de parecer sobre o assunto em epígrafe, tendo-nos sido remetida para análise a informação n.º 32/2018 de 14/03/2018 dos Serviços de Apoio Jurídico e de Auditoria Interna do Município de Cuba e a Informação n.º 18/01/2010 da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Também se teve em conta o Parecer Jurídico 02/2010, da CCDR Lisboa e Vale do Tejo que remetemos em anexo e que faz referência a duas soluções interpretativas uniformes sobre o assunto, homologadas pelo Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local em 29/09/2009. -----

Face ao exposto acompanhamos a posição da ANMP e da CCDR LVT sobre o assunto, concluindo esta última que "no que concerne às participações em custas de execuções fiscais, considera-se, igualmente, que tais suplementos remuneratórios não se mantêm,

atento o disposto no artigo 56.º n.º 3 da Lei das Finanças Locais, dado que este preceito apenas atribui aos órgãos executivos a competência para a cobrança coerciva das dívidas às autarquias locais provenientes de receitas de natureza tributária, inexistindo assim norma legal que permita o pagamento aos referidos funcionários.” -----

Importa referir que a LFL aqui referida era a Lei n.º 2/2007 que foi revogada pela Lei 73/2013, prescrevendo esta no seu artigo 15.º que “os municípios dispõem de poderes tributários relativamente a impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito” (...) referindo a alínea b) a “possibilidade de cobrança coerciva de impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito, nos termos a definir por diploma próprio”. A cobrança dos impostos locais ainda não foi regulamentada pelo que é ainda uma incumbência da administração tributária e sobre as taxas prescreve o respetivo Regime Geral (Lei n.º 53-E/2006 de 29 de dezembro), no ponto 2 do artigo 12.º que “as dívidas que não forem pagas voluntariamente são objeto de cobrança coerciva através de processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário”, não prevendo esta qualquer afetação da receita das custas aos funcionários envolvidos. Sobra ainda como receita importante a cobrança de tarifas e preços, sendo que neste caso não é possível a cobrança por via da execução fiscal, dado o seu carácter próprio onde se inclui uma relação do tipo comercial, sendo para este efeito o meio judicial comum o adequado para resolver o problema da falta de pagamento. -----

Por outro lado, não nos parece apropriado que esta questão seja analisada do lado duma eventual salvaguarda de direitos irrevogáveis, a nível remuneratório, cuja análise levantaria outro tipo de questões mais complexas, incluindo o da igualdade entre trabalhadores com a mesma categoria, e também porque inexistindo norma legal que habilite o pagamento em concreto, o mesmo poderia incorrer em responsabilidades financeiras supervenientes para quem tenha intervenção no processo. -----

Em síntese, somos de opinião que não há base legal para o pagamento das custas”. -----

Trata-se de duas interpretações contraditórias. -----

Porém, salvo melhor opinião, e atento o parecer do CEJUR, de 23/06/2010, solicitado pelo Secretário de Estado da Administração Local, que se junta, mantemos o n/ parecer

de ser devida a participação em custas aos trabalhadores. -----

A Câmara, por unanimidade, tendo em conta os pareceres contraditórios que nos foram apresentados e não havendo uma opinião unânime sobre o assunto, deliberou não ser devida a participação em custas aos trabalhadores. No futuro caso seja comprovada uma interpretação distinta estará a Câmara disponível para analisar e regularizar a situação. -----

25. PAULO DAVID IMÓVEIS, UNIPESSOAL, LDA. PEDIDO DE VIABILIDADE SOBRE CONSTRUÇÃO DE MURO E PORTÃO DE ACESSO. PRÉDIO N.º 169 DA SECÇÃO F VILA ALVA - E.N. 258 KM 15. -----

Vem o requerente solicitar parecer sobre a viabilidade de construir uma portão e muro de vedação no prédio rústico acima identificado, junto à E.N. 258 ao km 15, na freguesia de Vila Alva. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou certificar o seguinte: -----

Do respetivo enquadramento em PDM, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se estar o local inserido em *Áreas com vocação silvo-pastoril e de REN*; -----

De acordo com a Planta de Condicionantes do mesmo plano, assinala-se interferência com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional) e ainda com solos de REN (Reserva Ecológica Nacional); -----

Para os solos de REN, há que ter em consideração o respetivo regime jurídico, atualmente regulado pelo Decreto-Lei n.º 180/2006 de 6 Setembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de Novembro, e do Decreto-Lei n.º 96/2013 de 19 de Julho, que estabelece que nas áreas incluídas na REN *são proibidas as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção e ou ampliação, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal*. Excetuando-se os usos e as ações que sejam compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas incluídas em REN. Consideram-se compatíveis com os objetivos mencionados no número anterior os usos e as ações que cumulativamente: -----

1. Não coloquem em causa as funções das respetivas áreas, nos termos do Anexo I; e ----

2. Constem do Anexo II do presente decreto-lei, que dele faz parte integrante, nos termos dos artigos seguintes, como: -----

i) Isentos de qualquer tipo de procedimento; ou -----

ii) Sujeitos à realização de uma mera comunicação prévia. -----

De acordo com o atrás referido, e tendo em consideração a ação pretendida, nos termos do disposto no artigo 20.º e respetivo Anexo II, do regime da REN julgamos ser necessária a pronúncia favorável da CCDRA no âmbito das suas competências; -----

Para os solos de RAN, e atendendo ao disposto no regime jurídico da RAN na redação atual do Decreto-lei n.º 199/2015 de 16 de Setembro, deverá ser desencadeado o pedido de parecer prévio favorável da entidade regional da reserva agrícola, instruído nos termos do n.º 2 do artigo 23.º e com os elementos definidos pelos artigos 1.º e 2.º do Anexo I da Portaria n.º 162/2011 de 18 de Abril; -----

Não obstante a falta de peças gráficas e memória descritiva detalhada da pretensão, presume-se que a solução preconizada será semelhante à que é apresentada em foto anexa, constituída por portão metálico opaco na área inferior e em gradeamento na restante área, e ladeado por dois corpos de alvenaria rebocada e pintada nas cores usuais no concelho, a marcar o acesso à propriedade; -----

Atendendo ainda à localização junto da EN 258, e para efeitos do disposto na Lei n.º 34/2015 de 27 de Abril, deverá ser obtida a licença prévia das Infraestruturas de Portugal, S.A; -----

No que respeita aos achados arqueológicos que eventualmente possam a vir a ser encontrados, deverá o promotor, dar conhecimento dos mesmos no prazo de quarenta e oito horas à administração do património cultural competente ou à autoridade policial, que assegurará a guarda desses testemunhos e de imediato informará aquela, a fim de serem tomadas as providências convenientes (Artigo 78.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, com as alterações posteriores). -----

De acordo com o atrás exposto, e para efeitos do subsequente licenciamento, deverá ser promovida a consulta às entidades exteriores referidas, cujo parecer ou licença são vinculativos nos termos da Lei. -----

26. TELMA MARIA JANEIRO DE SOUSA PINTO NOBRE. PROCESSO N.º 22/2019. CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM AGRÍCOLA. PARQUE EMPRESARIAL, LOTE 7, EM CUBA. ---

Vem a requerente solicitar a emissão de licença de Construção de Armazém Agrícola no lote 7 do Parque Empresarial da Quinta da Graciosa, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento fixando em 18 meses o prazo para execução dos trabalhos conforme calendarização apresentada. -----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

“2 - Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior”. -----

Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 12h 25m. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente.

O Presidente da Câmara,

O Coordenador Técnico,

